



VII Simpósio Nacional de História Cultural
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**AS CARTAS JESUÍTAS E OS USOS DA CORRESPONDÊNCIA COMO
FONTE HISTÓRICA: *PRUDENTIA, IUDICIUM* E CRÍTICA
DOCUMENTAL**

Bruna Soalheiro*

A Companhia de Jesus é uma ordem religiosa que surgiu no contexto da Reforma Católica, sendo reconhecida pelo Papa Paulo III em 1540. Já no início do século seguinte, os jesuítas somavam milhares de missionários espalhados por todo o globo, da América ao Japão. Nesta nossa comunicação, trataremos do uso, como fonte histórica, das cartas destes religiosos. Gostaríamos de destacar alguns conceitos que o historiador não deve deixar de considerar, de maneira a evitar anacronismos e fazer um uso proveitoso de seu corpus documental.

A correspondência tem tido um papel central na História da Companhia de Jesus desde sua fundação, no século XVI, por Inácio de Loyola, quando este percebeu que, para a sobrevivência da Sociedade, era essencial assegurar a união entre seus membros e o contato constante entre os religiosos e seus superiores. Ao longo de décadas, Loyola e também seu secretário, Juan Polanco, passaram a recomendar a escrita das cartas, instruindo os seus companheiros minuciosamente quanto à sua forma e conteúdo.

Já em 1547, Polanco determinou que as frentes missionárias enviassem correspondência a Roma. Depois de censuradas, algumas cartas eram traduzidas e

* A autora é doutora pela Universidade de São Paulo e pela École de Hautes Études en Sciences Sociales e atualmente é bolsista PNPd/CAPES no programa de pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

remetidas para as províncias, de modo que os jesuítas que estavam na China soubessem o que acontecia na Bahia e vice-versa, reforçando-se assim a rede de obediência e solidariedade da Ordem.¹ A partir daí foram sendo estabelecidas normas reguladoras para a atividade epistolar. No entanto, uma estrutura definitiva consolidou-se apenas a partir das Constituições, que datam oficialmente de 1558.² Em 1571, ficou estabelecido que o provincial enviaria anualmente uma carta a Roma. Elas seriam confiadas a um padre, que as analisaria e delas retiraria alguns trechos, os quais viriam a compor a história da Ordem durante o dito ano e circulariam entre os jesuítas.³

Assim sendo, o Superior Geral deveria receber notícias e informações de reitores e provinciais, os quais, por sua vez, as receberiam daqueles que estivessem sujeitos a sua autoridade.⁴ Em contrapartida, os superiores deveriam responder àqueles, instruindo-os e orientando-os sempre que necessário. O papel das cartas tornou-se progressivamente mais central na construção e manutenção da unidade da Ordem, atendendo fundamentalmente a dois objetivos: fornecer informações sobre o andamento da atividade missionária, como também propagar e reforçar o controle, a obediência e a piedade.

Podemos dizer, portanto, que as cartas tinham por finalidade aproximar os membros da Companhia de Jesus, promovendo sua união através das letras e, conseqüentemente, dando mais força à Ordem, através da troca de informações. O encorajamento mútuo, o fortalecimento da vocação missionária, a intensificação da humildade e diligência entre seus membros – ao serem estes colocados em contato com as ações de seus companheiros nas mais diversas regiões do globo – eram resultados esperados desta correspondência. Facilitar a busca por aconselhamento e orientação entre seus membros também era esperado. Isso tudo auxiliava principalmente o bom governo da Ordem, contribuindo para a eficácia e supervisão das forças missionárias, através da aproximação dos religiosos com seus superiores e vice-versa. Além disso, havia o óbvio

¹ HANSEN, João Adolfo (Org.). **Cartas do Brasil**. São Paulo: Hedra, 2003.

² EISENBERG, J. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno**. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 51. As Constituições regulavam não só a escrita das cartas, mas toda a atividade da Companhia de Jesus, atuando na concepção desta enquanto um “corpo único” e favorecendo a reafirmação e disseminação da fé católica. Cf. PÉCORA, Alcir. **Máquina de gêneros** São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001, p. 26.

³ CORREIA-AFONSO, J. **Jesuit Letters and Indian History**. Oxford: Oxford University Press, 1969, p. 6.

⁴ Ibidem.

papel das cartas enquanto instrumentos de controle, permitindo o olhar dos superiores sobre seus subordinados.

Ao lado de Loyola e Polanco, outros jesuítas dedicaram-se a de instruir os membros no bom uso da prática epistolar. Um terceiro jesuíta, chamado Antonio Posevino (1533-1611) escreveu, em 1593, uma obra chamada *Bibliotheca Selecta*, na qual ele lista o conteúdo fundamental que deveria ser ensinado nos Colégios Jesuítas, além de introduzir algumas orientações sobre a escrita de cartas dentro da Ordem, em consonância com o programa pedagógico da *Ratio Studiorum*.

Para Posevino, os alunos dos colégios jesuítas deveriam aprender retórica a partir de uma variedade de cartas – acrescidas da retórica ciceroniana. Como isso, os alunos teriam a possibilidade de aguçar sua capacidade de julgamento (*iudicium*), na medida em que eram treinados a pensar sobre:

- (1) O que eles estão escrevendo?
- (2) Para quem eles estão escrevendo?
- (3) Com que propósito, objetivo ou finalidade.

A capacidade de julgar a propriedade das palavras e argumentos, bem como a forma adequada das cartas – as quais devem levar em conta o destinatário e o propósito do remetente – é o que Posevino chama de prudência (*Prudentia*).⁵

Feita esta contextualização preliminar, gostaríamos de ressaltar a necessidade de estarmos atentos não só a este papel da correspondência para o bom funcionamento da Companhia de Jesus, mas também é preciso atentarmos para as tradições retóricas que precedem e às quais se filiam a escrita epistolar jesuíta. Trata-se de uma premissa fundamental para um uso proveitoso das missivas da Ordem enquanto fontes históricas. Para tanto, é imperativo partirmos de pressupostos coerentes com a “mente jesuíta”, inserida na cronologia que decidimos adotar em nosso recorte cronológico, qualquer que seja ele.

⁵ “The ability to judge the propriety of words and arguments, together with the appropriate form of letter – taking into consideration the intended recipient and the author’s purpose – is what Posevino calls wisdom (*prudencia*).” BOSWELL, G. Letter writing among the Jesuits: Antonio Possevino's advice in the *Bibliotheca Selecta* (1593) **Huntington Library Quarterly**, University of California Press, v. 66, n. 3/4, p. 252, 2003.

Outra informação que precisamos ter em mente é a noção de *eloquentia*, compreendendo que a clareza de pensamento refletida em uma escrita eficaz e formalmente adequada não era um fim em si mesma, mas um meio para que se alcançasse a perfeição moral. A esta, estavam associados, necessariamente, os valores da Ordem, como o combate à heresia e a missão. A prática epistolar, portanto, está inserida num contexto maior de práticas discursivas e retóricas, basilares e fundamentais da atuação da Companhia de Jesus em contextos tão diversos como a Europa, a América, a Índia, China e Japão. Neste sentido, não seria prudente entendermos *eloquentia* apenas como um aspecto meramente formal, bem como seria um erro restringirmos a noção de retórica apenas a uma ideia de estrutura. Retórica pressupõe erudição, treino, e argumentação eficaz.

Disso decorrer reconhecer que classificar as informações fornecidas em uma carta apenas como “verdadeiras” ou “falsas” pode reduzir a análise de fontes epistolares à categorias e pressupostos anacrônicos, uma vez que, neste processo, se desconsiderou as tradições retóricas e a importância da disciplina epistolar no cerne do pensamento e da prática jesuíta. Há, evidentemente, uma “verdade” na carta que não necessariamente se identifica por completo com aquilo que hoje o bom senso ou a experiência nos indica ser verdadeiro. Mas, não seria este pressuposto universal em termos de fonte escrita? Quais seriam as especificidades do trabalho com correspondência jesuíta?

Para prosseguirmos em direção a uma resposta – uma resposta possível dentre um conjunto de respostas – a esta pergunta, pressupomos que a missiva deve ser compreendida inserida em seu contexto de produção e circulação, levando em conta os objetivos e as estratégias caras aos missionários que as escreveram. Isto significa assumir que a forma e TAMBÉM o conteúdo da correspondência são coerentes com a FUNÇÃO que as cartas têm para a Companhia de Jesus. Assim sendo, para analisa-las, é imprescindível que não se perca de vista esta FUNÇÃO, que já mencionamos acima, mas que supomos ser proveitoso sintetizar em dois eixos, para fins metodológicos:

- (1) Propomos que haveria um eixo horizontal, isto é, a correspondência contribuiria para a construção de uma unidade, isto é, um corpo dos membros da Companhia de Jesus. Desta unidade seriam consequências esperadas o fortalecimento da Ordem e a edificação mútua (de quem escreve e de quem lê).
- (2) Propomos também que haveria um eixo vertical, isto é, a comunicação por carta entre superiores e “inferiores” teria como objetivo promover uma circulação de

informações que garantisse o bom governo da Ordem, através da orientação e instrução eficaz de missionários em campo. O governo centralizado dos jesuítas requeria que os superiores fossem informados sobre o estado de coisas em seus colégios, residências e missões.

Em ambos os eixos vemos serem superados – ou pelo menos a iniciativa de serem superadas – as distâncias oceânicas que separavam companheiros e superiores da Sociedade.

Interessa-nos, ainda, esmiuçar o que seria este “estado de coisas” que deveria ser descrito na *narratio*, isto é, na parte “narrativa” da carta?

Alcir Pécora apresenta essa estrutura narrativa como a construção do relato à pessoa ausente⁶ e que pode ser entendida em dois níveis: o primeiro é relativo ao “estado de coisas”, no qual o jesuíta descreve o que encontra, traçando uma espécie de linearidade entre o que foi e o que é no momento em que este se encontra em determinada região. Um segundo nível diz respeito à narração das práticas ou projetos de intervenção da Companhia, fazendo ilações entre o presente “estado de coisas” e uma perspectiva de futuro.⁷

Portanto, será essa a ideia que pegaremos emprestada de Pécora. O “estado de coisas” descrito pelo jesuíta é justificativa para a sua intervenção e é também orientador do seu método. Observando o trabalho de Pécora com as cartas de Nóbrega, faz-se necessário perguntar-nos em que medida o “estado de coisas” descrito pelos jesuítas justifica e orienta a missão.

Podemos dizer ainda que este “estado de coisas” está relacionado à “potencialidade cristã”, inerente a todos seres humanos, por definição - uma vez que é próprio da alma a busca por Deus e pela Verdade. Há, portanto, um trabalho, na escrita das cartas, de ordenação daquele a ser convertido segundo essa “potência”. A partir daí, pondera-se sobre o método de intervenção mais indicado. A esta altura, a narrativa do desenrolar dos fatos é formulada segundo o propósito de dar sentido à estratégia adotada, justificando-a.

⁶ Ibidem, p. 39.

⁷ PÉCORA, Alcir., op. cit. p. 47.

Na medida em que as cartas deixaram de circular apenas entre membros da Ordem, elas passaram a ter também como finalidade divulgar o nome e as ações da Companhia de Jesus pelo mundo, descobrindo e desenvolvendo novas vocações entre seus leitores, encorajando o apoio de amigos da Companhia de Jesus, e prestando contas aos seus incentivadores e financiadores.⁸ Assim, esperava-se cativar novos jovens para o trabalho missionário, além de arrecadar novos subsídios para o financiamento das missões.⁹ Este é mais um motivo para estarmos atentos aos supostos “exageros” ou supostas “falsas informações” contidas na correspondência.

Neste processo de transposição dos limites dos colégios e residências, as cartas eram lidas e “editadas” por um religioso da Companhia, que “recortava e colava” extratos para compor as Histórias anuais da Ordem ou mesmo compilar informações sobre determinada região. Isto significa dizer que, mesmo quando nos debruçamos sobre uma documentação não epistolar, faz-se necessário saber que ela possivelmente teve como matéria prima os relatos de missionários escritos em forma de carta. As missivas são os retalhos desta colcha.

A correspondência, portanto, desempenha um duplo papel no que diz respeito à disseminação da Palavra, ao proselitismo, à catequese, à evangelização e à conversão: ela, simultaneamente, relata e evangeliza, reporta e cativa, narra e edifica. O trabalho de edificação da carta não termina no momento passado ao qual se refere a narrativa, nem no instante em que se finda a escritura da narrativa. Ele é presentificado nas inúmeras vezes em que esta narrativa suscita ao leitor e ao ouvinte as diversas ações piedosas e caritativas realizadas pelos irmãos ao redor do globo, renovando incessantemente a atividade evangelizadora.

Por fim, todo este trabalho segue a regra primeira da *prudência*. A boa escolha do tema das cartas, das palavras, do tom, da ordenação, o discernimento entre o que deve aparecer e o que deve ser silenciado na carta, tudo isso sinaliza um intenso exercício da *prudência*. Neste sentido, a carta, mais especificamente a *narratio*, é desenvolvida sob esta lógica. Ou seja, a narração presta-se a comprovar que a intervenção ali descrita foi, antes de mais nada, o ato mais prudente a ser realizado naquele momento. A narrativa organiza e encarna a evangelização, consolidando-se. Desta forma, é na narrativa que

⁸ Em especial a Coroa e o Papa. Ibidem, p. 51.

⁹ CORREIA-AFONSO, J. op., cit. p. 4.

encontramos o próprio *projeto* jesuíta. É nela que fracassos e sucessos ganham significado, mediante a *projeção*, incessante, dos objetivos sobre os fatos.

É por isso que, a essa altura, gostaríamos de retornar ao título de nossa comunicação. A *prudentia*, como descrita acima, e o *iudicium*, isto é, a capacidade de discernimento e de julgamento dos missionários, são noções que não podemos perder de vista hoje, quando fazemos uso das cartas jesuítas como fonte histórica. Que sejamos nós, historiadores, também prudentes, e que sejamos capazes de fazer bom juízo e boas escolhas a partir do uso de nosso corpus documental.

